

RIO-92: À ESPERA DE RESULTADOS

Lais Menezes

A menos de 60 dias da Rio-92, o *Jornal da Tarde* (SP) publicou uma pesquisa de opinião, encomendada ao Ibope, sobre o "Brasileiro e a Ecologia". Pioneiro, o levantamento mostrou resultados que indicaram alto grau de interesse pelo meio ambiente e, também, grande desconhecimento sobre o assunto. A maioria dos entrevistados revelou que nunca ouvira falar no evento que representou o maior acontecimento deste ano para o mundo inteiro — a Rio-92. Apenas 34% sabia o que era a conferência e, ainda assim, somente 12% conhecia os temas que foram abordados.

Após esclarecimentos sobre o evento, fornecidos pelo pesquisador,

uma constatação: 55% dos entrevistados esperavam que a Rio-92 discutisse as dificuldades econômicas. Nada de novo se pensarmos na enorme pressão cotidiana que a crise econômica impõe à sobrevivência dos brasileiros: desemprego, inflação, deterioração da qualidade de vida.

Indo um pouco além, no entanto, constata-se que um dos temas mais polêmicos da Rio-92 foi, exatamente, a relação economia/meio ambiente ou, com um pouco de eufemismo, desenvolvimento e preservação ambiental.

A ONU deu o mote no relatório *Nosso Futuro Comum*: a pior degradação ambiental é a pobreza; o modelo desenvolvimentista do pós-guerra gerou muita riqueza às custas de uma imensa miséria e degradação ambiental no mundo;

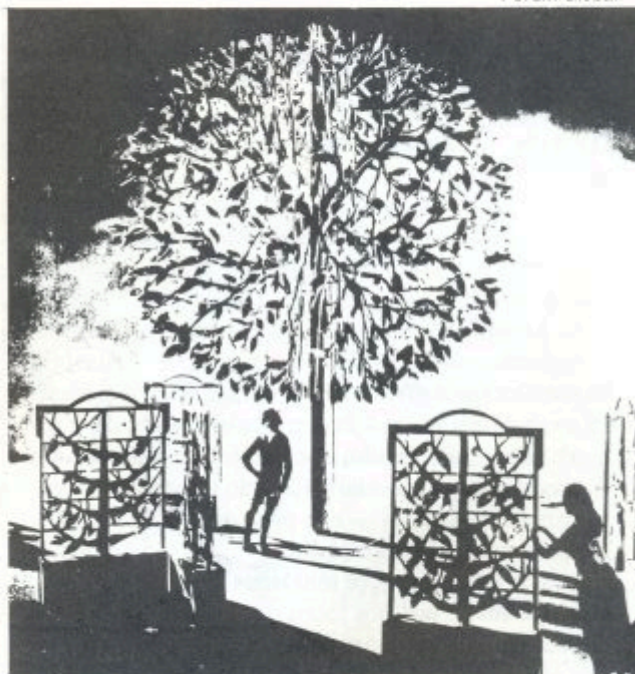
é preciso que desenvolvimento e meio ambiente não sejam antagônicos.

Mas quem proporcionará os recursos para implementar uma nova ordem ambiental, um desenvolvimento ambientalmente sustentável? Como resgatar a dívida da miséria no mundo?

Estas indagações suscitam a dúvida do que realmente esteve em jogo na Rio-92. E não é fácil responder sem correr o risco de incorrer em simplificações.

Após a quarta e última reunião preparatória para a conferência, realizada em março, em Nova York, o otimismo cedeu lugar ao pessimismo. Começou a ficar evidente que seria uma tarefa complexa reunir o mundo para decidir sobre a sua so-

Forum Global



A "Árvore da Vida" reuniu milhares de compromissos, em formato de folhas, pela causa do meio ambiente

breviência e a escolha de qual futuro (e presente) deseja-se. Durante os 30 dias de reunião, destinados a preparar as convenções e os acordos, o que foi noticiado foram os fracassos nas negociações, os impasses, a intransigência dos Estados Unidos, as ameaças de não-comparecimento de líderes importantes ao evento.

Frustraram-se as intenções da ONU de que a conferência fosse uma grande comemoração do consenso já estabelecido. Muita coisa ficou para ser resolvida (ou não) no

SALVAR O PLANETA CUSTARÁ US\$ 500 BILHÕES

A ONU calcula que serão necessários cerca de US\$ 500 bilhões até o ano 2000 apenas para colocar em prática os programas aprovados na Rio-92. Desse montante, pelo menos US\$ 125 bilhões — soma quase igual ao total da dívida externa brasileira — poderiam ser alocados por meio de financiamentos internacionais do tipo concessional (doações ou empréstimos a juros baixos).

Esta primeira estimativa oficial feita pela ONU consta de um documento que tomou como base os prováveis programas da Agenda 21. O documento sugere que os países ricos cancelem boa parte da dívida externa dos países em desenvolvimento, aumentem a ajuda oficial que dão aos pobres (dos atuais 0,35% para, pelo menos, 1% do PIB) e, finalmente, mudem suas prioridades desviando os gastos em defesa para programas de proteção ambiental e de desenvolvimento.

Não há, porém, motivos de comemoração para os países pobres, pois a maior parte do dinheiro para custear os programas da Rio-92 terá que sair de seus próprios orçamentos ou dos bolsos do setor privado. Cada país, de acordo com o documento, terá que fazer um esforço extra para atingir o desenvolvimento sustentável.

Fonte: Aconteceu/CEDI, nº 584, 7/2/92

Rio de Janeiro. A declaração máxima — a “Carta de Terra” (princípios e compromissos para a preservação do planeta) — perdeu força e expressão enquanto base de um acordo internacional por conta das divergências e impasses. Transformou-se na “Declaração do Rio”, representativa do consenso possível. E a Agenda 21 (um programa de ação para implementar o desenvolvimento sustentável) também não avançou muito.

Refrescando a memória: a Rio-92 deveria, além da (ex) “Carta da Terra” e Agenda 21, gerar convenções sobre alterações climáticas, biodi-

gências e, muitas vezes, contradições.

Os países ricos se recusam a arcar com o ônus maior da poluição do mundo, provocada pelo estilo de desenvolvimento que fez a sua riqueza. Recusam-se, também, a negociar relações de trocas mais favoráveis aos países pobres quanto à transferência de tecnologias limpas, exigidas pela nova sustentabilidade do planeta. Insistem em leis uniformes e globais para a propriedade de direitos e patentes sobre recursos biológicos e a biodiversidade, em sua maioria localizados no Terceiro Mundo.

Os países pobres denunciam que as proposições de uma “nova ordem” escamoteiam um *apartheid* ambiental no qual os ricos garantiriam um crescimento limpo, deixando para os pobres a miséria e a poluição. Reivindicam a soberania sobre seus recursos naturais; necessitam de recursos financeiros e acesso a tecnologias novas; precisam superar o impasse da dívida externa que consome recursos e transfere cada vez mais riqueza para o Norte.

A ONU fornece dados alarmantes sobre a deterioração da qualidade de vida no planeta e sobre os recursos necessários para a sua despoluição. Estima que seriam necessários cerca de 125 bilhões de dólares para limpar o meio ambiente nos países pobres e 500 bilhões de dólares, até o ano 2000, para colocar em prática os programas que deverão ser implementados após a conferência. Sugere que seja atribuída uma responsabilidade diferenciada aos países pelos danos à natureza, instituindo-se o princípio do poluidor-pagador. Pagar mais pela poluição do mundo não agrada aos países ricos. Os fundos para o financiamento da despoluição do planeta continuariam, para o G-7, sob a tutela da ONU, o já existente GEF (fundo global para o meio ambiente). O grupo dos 77, no entanto, gostaria de ver implementado um novo fundo verde, em que o poder de decisão fosse mais equitativo.

A convenção sobre florestas corre o risco de transformar-se em um mero acordo pois os países pobres recolocam a questão da soberania e não aceitam que suas florestas nacionais se transformem em recursos internacionais.

A convenção sobre alterações climáticas sofre oposição dos EUA que não aceitam limitações sobre a intensiva queima de combustíveis fósseis em seu país.

As divergências sobre um “futuro comum” são grandes e indica uma obviedade: o futuro está inserido no complexo quadro da “des-ordem” global. A Rio-92, porém, delimita o início de um processo.

Este processo deixa para a sociedade civil uma marca indelével. Para o evento paralelo, o Fórum Global, a diversidade impõe o diálogo. E não é para menos. Nunca organizações com interesses e culturas tão diferentes se encontraram, reunindo Sul e Norte, pobre e rico, índios, ambientalistas, desenvolvimentistas, religiosos. Ainda que o papel das ONGs no mundo atual seja objeto de controvérsias, o Fórum de ONGs caminha para a institucionalização, sugerindo a criação de um organismo internacional de coordenação. Tal organismo, de acordo com a proposta, deverá superar o simples papel de “cobrança” para assumir um programa comum em prol da preservação ambiental e da melhoria da qualidade de vida no planeta. A aprovação de uma Carta da Terra alternativa e assinatura de tratados expressam esta preocupação e definiriam as atividades e os compromissos da sociedade civil.

Para uma avaliação do significado de todo este processo desenhado pela Rio-92, nada melhor do que acompanhar os resultados.

Lais Menezes é economista e integra o Projeto Especial de Meio Ambiente do CEDI.

QUALIDADE DE VIDA PIOROU NOS ÚLTIMOS ANOS

O estudo “O estado do meio ambiente 1972-1992: a salvação do nosso planeta”, feito pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) para a Rio-92, indica que a qualidade de vida caiu vertiginosamente nos últimos 20 anos e as reservas naturais tiveram drástica redução.

O documento apresenta dados alarmantes como:

- a concentração de dióxido de carbono na atmosfera, responsável pelo efeito-estufa, aumenta 0,5% por ano;
- a temperatura média da terra subiu cerca de 0,6% desde o início do século, e se não forem tomadas medidas drásticas, aumentará 1,2 grau até o ano 2000;
- a camada de ozônio — que protege a Terra dos raios ultravioletas do sol — está diminuindo 0,26% por ano;
- cerca de 6,5 milhões de toneladas de detritos são lançados no mar e nos rios todos os anos;
- a cada ano sete milhões de hectares de terras cultiváveis são perdidas devido à erosão e à desertificação.

Fonte: Aconteceu/CEDI, nº 585, 21/2/92

versidade, florestas e acordos sobre transferência de tecnologias e recursos financeiros, entre outros resultados.

Pode-se dizer que todos esses temas são objeto de controvérsias entre ricos e pobres. Recorre-se a esta simplificação — ricos e pobres (grupo dos sete países mais industrializados: EUA, Inglaterra, França, Alemanha, Canadá, Itália e Japão) e grupo dos 77 menos industrializados, para facilitar a exposição. Fica subentendido que as posições não são tomadas em bloco. Existem diver-